

IMAGENS SUPRIMIDAS: A REVISTA O CRUZEIRO E O POVO INDÍGENA GAVIÃO PARKATÊJÊ (1951)

SUPPRESSED IMAGES: THE MAGAZINE O CRUZEIRO AND THE GAVIÃO PARKATÊJÊ INDIGENOUS PEOPLE (1951)

Gil Vieira Costa

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

ORCID: 0000-0002-2893-7343

DOI: 10.9771/contemporanea.v24i1.71187

RESUMO:

Este artigo analisa a reportagem “Índios em pé de guerra”, publicada por Arlindo Silva e José Medeiros na revista *O Cruzeiro*, em 1951. A matéria trata dos conflitos entre a população de vilas do sudeste do Pará e o povo indígena Gavião Parkatêjê. Esse fato se dá no contexto da Marcha para o Oeste no Brasil, quando o Estado e a sociedade brasileira promoveram um processo de expansão desenvolvimentista sobre territórios que integravam o chamado Brasil Central, afetando intensamente os povos indígenas. A revista *O Cruzeiro* desempenhou um papel fundamental naquele momento, explorando a temática indígena em várias fotorreportagens e contribuindo para a manutenção do imaginário sobre aqueles povos. O foco desta pesquisa está nas fotografias de José Medeiros, presentes na revista ou em arquivos institucionais, analisadas por meio das metodologias dos estudos de cultura visual e do cruzamento com fontes antropológicas e indigenistas. São examinadas as estratégias discursivas (seleção, enquadramento e montagem) utilizadas pela reportagem para construir uma representação estereotipada dos Gavião Parkatêjê como selvagens, hostis e obstáculos ao progresso. Também é **ênfatizado** como a revista suprimiu fotografias que evidenciavam um processo epidêmico experimentado por aquele grupo. Por fim, o artigo compara a abordagem de *O Cruzeiro* com textos publicados na

revista regional *Itatocan*, revelando divergências internas na sociedade brasileira quanto ao tratamento da questão indígena naquele contexto desenvolvimentista.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem, fotojornalismo, povos indígenas, Gavião Parkatêjê, Marcha para o Oeste.

ABSTRACT:

This article analyzes the report “Índios em pé de guerra,” published by Arlindo Silva and José Medeiros in the magazine *O Cruzeiro* in 1951. The report addresses the conflicts between the inhabitants of villages in southeastern Pará and the Gavião Parkatêjê Indigenous people. These conflicts occurred in the context of the March to the West in Brazil, when the Brazilian state and society promoted a process of developmental expansion over territories that comprised the so-called Central Brazil, with profound impacts on Indigenous peoples. The magazine *O Cruzeiro* played a fundamental role at that time, covering Indigenous issues in several photojournalistic reports and contributing to the perpetuation of prevailing imaginaries about these peoples. The focus of this research is on the photographs of José Medeiros, in the magazine or in institutional archives, analyzed using methodologies from visual culture studies and cross-referenced with anthropological and indigenist sources. The article examines the discursive strategies (selection, framing, and montage) used by the report to construct a stereotypical representation of the Gavião Parkatêjê as savage and hostile people, and as obstacles to progress. It also emphasizes how the magazine suppressed photographs that revealed an epidemic that affected the group. Finally, the article compares the approach of *O Cruzeiro* with texts published in the regional magazine *Itatocan*, revealing internal divergences within Brazilian society regarding the treatment of Indigenous issues in that developmentalist context.

KEYWORDS: Image, Photojournalism, Indigenous Peoples, Gavião Parkatêjê, March to the West.

INTRODUÇÃO

O imaginário sobre os povos originários das Américas vem sendo construído desde as primeiras invasões coloniais europeias no século XVI. No Brasil, a redução desses povos à imagem do “índio” foi um dos processos empreendidos na construção desse imaginário (Raminelli, 1996). Aqui, usamos o conceito de imagem no mesmo sentido de Mitchell (2015, p. 16-18) e de outros autores dos estudos de cultura visual, que diferenciam as imagens dos seus suportes materiais (gravuras, pinturas e fotografias, por exemplo).

Algumas das imagens que conformam o imaginário colonial sobre o “índio” atravessaram séculos e chegaram ao presente, sendo ainda manejadas nos discursos e nas práticas culturais no Brasil. Neste trabalho, observamos um momento específico desse processo histórico, em meados do século XX, com a chamada Marcha para o Oeste no Brasil.

A Marcha foi idealizada pelo Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, assumindo feição definitiva em 1943, com a criação da Expedição Roncador-Xingu (ERX) e da Fundação Brasil Central (FBC). A partir de então, o Estado brasileiro intensificou a expansão da fronteira econômica do país em direção à Amazônia e ao chamado Brasil Central. Uma introdução ao tema pode ser encontrada em Cancelli (2017). A Marcha fez parte da agenda política de sucessivos governos brasileiros pautados pela ideologia desenvolvimentista até, ao menos, os anos 1970.

Territórios considerados remotos e desabitados foram alvo de diversos esforços da Marcha nos anos 1940 e 1950, almejando a exploração de recursos naturais e, no caminho, promovendo o controle das populações existentes, sobretudo dos povos originários. Órgãos como a FBC e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) realizaram intensas campanhas de “atração” e “pacificação” (conforme os termos da época) de grupos indígenas que se chocavam com a sociedade local e com os interesses do Estado.

No contexto da Marcha, a questão indígena logo deixou de ser um assunto interno aos órgãos governamentais, passando para a esfera pública por meio da presença constante do tema na imprensa. Ali, a cultura visual teve um papel relevante, por meio de cinejornais, reportagens em revistas impressas ou mesmo em fotografias de álbuns e relatórios institucionais.

Em um cenário como esse, a importância da revista *O Cruzeiro* era evidente. Lançada em 1928, *O Cruzeiro* alcançou seu ápice nos anos 1940 e 1950. A publicação é tida como a revista que introduziu o fotojornalismo no país e o modelo das grandes reportagens, trabalhando com design arrojado para a época e excepcional qualidade gráfica (Burgi; Costa, 2012). No auge, *O Cruzeiro* era a maior revista do país e uma das maiores da América Latina. Seu departamento de fotografia foi ampliado para cerca de duas dezenas de colaboradores, dispondo de “equipamentos e filmes sem restrição, deslocamentos aéreos facilitados em viagens nacionais e internacionais, estadias prolongadas para a realização de reportagens, além de receber os maiores salários da imprensa brasileira da época” (Burgi; Costa, 2012, p. 26).

Há, em *O Cruzeiro*, documentação fotográfica relevante sobre os contatos com povos indígenas no âmbito da Marcha para o Oeste. Este artigo estuda uma reportagem sobre o povo Gavião Parkatêjê publicada em 1951, período subsequente à renovação de seu modelo editorial. Considerando as relações complexas entre fotografia e escrita nessa matéria, correspondendo ao que Mitchell (2015, p. 39-47) chama de síntese “*imagetext*”, transcreveremos a maioria das legendas das fotos mencionadas, de maneira a reforçar a análise.

O Cruzeiro influía no debate público nacional e, portanto, tinha papel significativo na manutenção do imaginário sobre os povos indígenas. O tema já foi abordado em trabalhos anteriores com outros recortes (por exemplo: Costa, 1994, 2004). A partir do estudo de caso dos Gavião Parkatêjê, buscamos compreender de quais estratégias visuais a revista lançou mão no processo de manutenção, reconstrução e consolidação de determinadas imagens do “índio”.

O POVO GAVIÃO PARKATÊJÊ

Os Gavião Parkatêjê são um subgrupo Timbira, etnônimo atribuído a vários povos indígenas com características culturais partilhadas, que habitam o sudeste do Pará, o oeste do Maranhão e o norte do Tocantins. Na literatura antropológica, os Gavião Parkatêjê são parte de um grupo maior chamado de “Gaviões Ocidentais”, “Gaviões de Oeste” ou “Gaviões da Mata” (Arnaud, 1975, p. 26; Miranda, 2015, p. 12; Nimuendaju, 1946, p. 19-20).

Desde o século XIX, há relatos de avistamentos dos Gavião da Mata feitos por viajantes do rio Tocantins. O território tradicionalmente ocupado pelos Gavião da Mata estava na margem direita do rio Tocantins, em uma extensão que ia das proximidades de Tucuruí (PA) aos arredores de Imperatriz (MA), tendo o rio Ararandeua como uma fronteira a leste (Ribeiro Junior, 2020, p. 48).

Conforme Miranda (2015, p. 70-71), no começo do século XX os Gavião da Mata viviam em uma grande aldeia chamada Krîjôhêre, havendo uma cisão interna que deu origem a dois grupos: os Parkatêjê e os Kyikatêjê - estes últimos se direcionaram para as proximidades de Imperatriz, enquanto os Parkatêjê circulavam na região entre Tucuruí e Marabá (PA). Nos anos 1940 e 1950, os Gavião Parkatêjê estavam divididos em três turmas: os Ajromtykatêjê (conhecidos como Turma da Montanha ou Akrâtikatêjê), os Rôhokatêjê (ou Turma do Cocal), e os Krîjôhêrêkatêjê (ou Turma da Madalena). Neste artigo, usaremos

o termo Gavião Parkatêjê para nos referir a essas três turmas existentes no início dos anos 1950, que naquela altura conflitavam entre si (o uso desse etnônimo no texto não coincide inteiramente com seu uso atual pelos Gavião).

No território ocupado pelos Gavião Parkatêjê, encontravam-se muitos castanhais. A partir dos anos 1920, a economia local, baseada no extrativismo da castanha-do-pará, empurrou cada vez mais a fronteira econômica na direção do território tradicional dos Gavião, tornando mais corriqueiros os contatos conflituosos (Laraia; Matta, 1967, p. 77-80, 91-92). Começaram a ocorrer mortes frequentes de indígenas e de brancos (no sentido de não indígenas), e, inclusive, expedições armadas contra os Gavião, às vezes a mando do poder público local.

Desde essa época, tentativas de pacificação foram promovidas tanto pelo SPI (Miranda, 2015, p. 75-78) quanto por iniciativa religiosa (Ribeiro Junior, 2020, p. 53-56). Entretanto, os Gavião Parkatêjê ainda se mantinham em contato intermitente (ora amistoso, ora hostil) quando foi realizada a reportagem de *O Cruzeiro* estudada neste artigo. O contato oficial e permanente com a sociedade brasileira ocorreu somente a partir de 1956. Hoje, os diferentes grupos remanescentes dos Gavião da Mata (Akrâtikatêjê, Kyikatêjê e Parkatêjê) estão reunidos na Terra Indígena Mãe Maria, que corresponde a uma pequena porção de seu território tradicional.

ANÁLISE DA REPORTAGEM “ÍNDIOS EM PÉ DE GUERRA”

Arlindo Silva e José Medeiros foram enviados por *O Cruzeiro* para a região entre Marabá e Jacundá, no sudeste do Pará, na tentativa de cobrir as tensões entre a sociedade local e os grupos Gavião Parkatêjê. Como vimos, essas tensões tinham origem na expansão extrativista sobre o território daquele povo indígena.

A viagem dos repórteres ocorreu no último trimestre de 1950 e parece ter durado ao menos duas semanas. Uma primeira versão da matéria, sem fotografias, foi apresentada em um jornal maranhense no fim daquele ano (Medeiros; Silva, 1950). Publicada alguns meses depois, a reportagem (Medeiros; Silva, 1951) traz algumas das fotografias mais antigas dos Gavião Parkatêjê. Os jornalistas conseguiram contatar um grupo de cerca de doze pessoas, incluindo homens adultos, mulheres jovens, mulheres mais velhas e crianças (Medeiros; Silva, 1951, p. 10). Não obstante o contato amistoso, a matéria é bastante desfavorável ao povo Gavião. O lide não deixa dúvidas:

Os “Gaviões” flecharam os civilizados nas matas do Tocantins - 68 flechas no corpo de um tirador de castanhas - Pavor generalizado entre as populações que vivem nas margens daquele grande rio - Arriscando a própria vida, os repórteres de O CRUZEIRO foram ao encontro dos terríveis selvícolas do Tocantins (Medeiros; Silva, 1951, p. 87).

As duas primeiras páginas (Figura 1) justapõem ao título e ao lide um conjunto singular de fotografias. Em página inteira, um indígena Gavião de cenho franzido. Depois, duas fotos do cadáver de um morador da vila de Jacundá - em uma delas, seu corpo está crivado por dezenas de flechas. Por fim, uma edificação rústica em Jacundá, com paredes de madeira e cobertura de palha, com o nome Garimpo Bar pintado no frontão.

Figura 1: Páginas da reportagem “Índios em pé de guerra”, fotografias de José Medeiros (exceto acima à direita).



Fonte: Medeiros e Silva (1951, p. 86-87).

A legenda desta última foto indica: “AMBIENTE DE ‘FAR-WEST’. [...] Ali existem três coisas: castanhas, diamantes e... gaviões flechadores. O nível de vida é caríssimo pela escassez de gêneros” (Medeiros; Silva, 1951, p. 87). A economia regional, baseada no extrativismo dos castanhais, era acompanhada, naquele momento, pela garimpagem de diamante e de outros minérios, impulsionando o surgimento de povoados e o crescimento daqueles já existentes (Lagenest, 1958). Esse crescimento desordenado trazia precariedade e violência.

Para descrever esse cenário, a matéria de *O Cruzeiro* recorreu ao imaginário sobre o Far Oeste - conjunto de representações da Marcha para o Oeste nos Estados Unidos,

no século XIX, veiculadas no cinema, nos quadrinhos e na literatura, com grande circulação no Brasil. A região documentada na reportagem passava a ser equivalente à imagem de uma “terra sem lei”, cheia de riquezas e de “índios selvagens”, contra os quais a violência seria uma maneira legítima de regenerar ou resguardar a civilização, como podemos intuir com base nas análises de Slotkin (1973) sobre o chamado mito da fronteira na cultura estadunidense.

Se a imagem do Garimpo Bar cumpre um papel de evocação do Far Oeste e do mito da fronteira, as fotos do cadáver repleto de flechas têm, também, a função de apelo emocional, pela via do sensacionalismo. A reportagem chama de “paliteiros humanos” tais vítimas dos Gavião. São reproduzidos dois “paliteiros” em páginas diferentes (Medeiros; Silva, 1951, p. 87, 90). As fotografias não foram realizadas por José Medeiros, mas coletadas pelos jornalistas junto à população local, mostrando casos ocorridos em anos anteriores. Na revista, essas fotos de arquivo adquirem uma função testemunhal, como documentos históricos comprobatórios das violências cometidas pelos Gavião.

Em certo momento, chega-se mesmo a lamentar a atuação do SPI na região, “pois este órgão considera propriedade natural dos indígenas os imensos castanhais que se localizam à margem direita do rio [...]. E aí! Do branco que matar um índio” (Medeiros; Silva, 1951, p. 6). O discurso da revista ecoava o das elites locais, desejosas da eliminação dos Gavião para realizar a exploração econômica dos castanhais em seu território. *O Cruzeiro* serviu de porta-voz para as críticas dessas elites ao SPI, que, por um lado, se demorava no processo de atração e pacificação daqueles grupos originários e, por outro lado, eventualmente funcionava como um anteparo ao proteger esses indígenas da aniquilação pela violência da sociedade regional.

Esse exemplo se diferencia, inclusive, de outras reportagens de *O Cruzeiro* sobre povos originários contatados pela Marcha, publicadas desde 1944. Mesmo materializando aquilo que Costa (2004) chamou de “projeto etnocida”, nenhuma delas propôs abertamente a neutralização dos indígenas pela violência genocida, como podemos perceber nas entrelinhas dessa reportagem sobre os Gavião.

Essa matéria pode nos servir, ainda, para discutir estratégias visuais, como enquadramento, seleção e montagem. Das vinte e três fotografias publicadas, apenas seis documentam o grupo Gavião. As outras dezessete fotos documentam pessoas mortas ou atacadas pelos Gavião, uma viúva passando por um desmaio, um mateiro armado na

floresta e planos gerais das vilas de Marabá, Itupiranga, Ipixuna e Jacundá, nas margens paraenses do rio Tocantins. A assimetria quantitativa é notável.

Ao diagramar páginas como as Figuras 2 e 3, a revista recorre à estratégia da montagem (justapondo as imagens de maneira a interferir em sua interpretação) para colocar as populações locais na condição de vítimas e os Gavião na condição de selvagens desumanizados. O enquadramento usado nas fotografias - priorizando planos mais fechados para os moradores dos vilarejos e mais abertos para o grupo indígena - assume um papel fundamental na construção da narrativa.

Figura 2: Páginas da reportagem “Índios em pé de guerra”, fotografias de José Medeiros.



Fonte: Medeiros e Silva (1951, p. 88-89).

As seis imagens do grupo Gavião enquadram, em sua maioria, os indígenas em plano geral, havendo uma delas em que a mata é o elemento central, feita a uma distância grande dos personagens (Figura 2). Sua legenda diz: “LÁ ESTÃO ELES! Os terríveis flechadores vivem na margem direita do Tocantins. Não admitem a presença de brancos nas matas” (Medeiros; Silva, 1951, p. 89). Na última página da reportagem (Figura 3), quatro fotografias registram alguns membros do grupo Gavião, acompanhadas da seguinte legenda:

AQUI ESTÃO ELES, OS TEMÍVEIS GAVIÕES, VISTOS DE PERTO

Pela primeira vez um fotógrafo consegue capturar imagens dos ferozes matadores da margem direita do Tocantins. Por cinco minutos, de dentro de uma canoa, José Medeiros conseguiu estas fotografias, enquanto os “Gaviões” se apoderavam de tudo o que podiam de dentro da canoa, que levamos cheia de presentes (Medeiros; Silva, 1951, p. 91).

Figura 3: Páginas da reportagem “Índios em pé de guerra”, fotografias de José Medeiros (exceto acima à esquerda).



Fonte: Medeiros e Silva (1951, p. 90-91).

Ao reforçar a imagem de selvageria e periculosidade dos Gavião, a narrativa da revista também reforça o mito do fotojornalista heroico e aventureiro (Costa, 2012, p. 25), capaz de arriscar a vida registrando visualmente os fatos para o olhar dos leitores. Entretanto, diferentemente da interpretação mais corrente sobre o trabalho de José Medeiros, tido como um fotógrafo empático com os sujeitos indígenas (Burgi; Costa, 2012, p. 42), nesta reportagem vemos as imagens servindo a um discurso em tudo contrário ao povo Gavião.

Apenas uma das fotos dos indígenas na reportagem é em primeiro plano, justamente a imagem de página inteira que abre a matéria (Figura 1). A função desse enquadramento pode ser depreendida a partir da legenda que acompanha a foto: “O GAVIÃO FICOU BRAVO! O tuxaua gavião, como os jornalistas insistissem em permanecer junto aos índios, acabou ficando mesmo bravo” (Medeiros; Silva, 1951, p. 86). O primeiro plano serve, então, para reafirmar a imagem agressiva e hostil atribuída aos indígenas, tanto quanto os planos abertos das outras fotografias selecionadas para representá-los.

O teor geral da reportagem de *O Cruzeiro* está sintetizado em seu trecho final, quando os autores informam sobre conflitos dos Gavião com outro povo.

Os “gaviões”, com toda sua ferocidade, encontraram, todavia, uma tribo mais feroz que eles: os “Urubus”, índios que ao que se diz no Tocantins, são pretos e antropófagos, e que vivem nas matas do Maranhão, próximo ao rio Gurupi. Os velhos “mateiros” da região afirmam que os “urubus” matam e comem os “gaviões”. Isso não nos deve preocupar muito. O que nos deve

preocupar é que os “gaviões” estão matando brancos numa longa faixa do Tocantins. Trata-se de uma região de recursos naturais incalculáveis, de madeiras preciosíssimas, e principalmente de castanha, que é o alicerce econômico do Estado do Pará (Medeiros; Silva, 1951, p. 10).

Faz-se referência, possivelmente, aos Urubu Ka’apor; porém, não há menção a conflitos desses com os Gavião Parkatêjê nas proximidades da margem direita do rio Tocantins, nos anos 1950. O texto exagera de estereótipos para se referir a ambos os povos indígenas. A preocupação seletiva, apenas com a morte dos brancos, evidencia uma postura etnocêntrica e racista na reportagem e deixa nítida a defesa dos interesses econômicos das elites dominantes na região.

IMAGENS SUPRIMIDAS

Há fotografias feitas por José Medeiros nessa mesma ocasião, não incluídas na revista e hoje disponíveis em acervos institucionais, que mostram indivíduos Gavião Parkatêjê enquadrados em primeiro plano (Figuras 4 e 5). O fato de que essas imagens tenham sido suprimidas pela publicação reforça a ideia de que a revista optou por mostrar o grupo Gavião à distância, ampliando a leitura de sua periculosidade.

Figuras 4 e 5: Indígenas Gavião Parkatêjê na margem do rio Tocantins, José Medeiros, 1950.



Fontes: Acervo de *O Estado de Minas* (Figura 4, à esquerda).

Acervo do Instituto Moreira Salles (Figura 5, à direita).

Além da questão dos planos e enquadramentos, há outro caráter ainda mais perverso no modo como a linguagem fotográfica foi usada. Notamos algo curioso quando observamos essas fotografias inéditas de pessoas Gavião em primeiro plano (ou mesmo os originais das fotos publicadas, que têm mais qualidade do que sua impressão nas páginas da revista).

Podemos ver com nitidez que os Gavião apresentavam manchas na pele por todo o corpo, sugerindo estarem doentes. A hipótese foi levantada discretamente em exposição de José Medeiros (Burgi; Jasmin, 2011, p. 71) e no documentário *Adeus, Capitão!* (Almeida; Carelli, 2022). Aquele grupo Gavião possivelmente passava por uma epidemia decorrente da intensificação dos contatos com os brancos.

A fotorreportagem ocultou as enfermidades dos Gavião, priorizando sua representação como agressivos e selvagens, não mencionando suas manchas na pele. Sabe-se que as patologias trazidas pelos brancos (às vezes, intencionalmente) foram um dos principais fatores na desestruturação de povos indígenas, pois tinham efeito devastador sobre populações desprovidas dos anticorpos necessários. Mesmo no caso da pacificação promovida por órgãos como o SPI - cujo lema dizia “morrer, se preciso for; matar, nunca” - a transmissão de doenças esteve sempre presente.

É bastante estudada a intensa depopulação causada aos grupos Gavião por epidemias contraídas no processo de pacificação, que eles vivenciaram a partir de 1956. Por outro lado, é plausível supor que a contaminação por doenças trazidas pelos brancos já existia antes do contato permanente, como as fotos de José Medeiros nos indicam. Não são raros os relatos de indígenas Gavião, coletados por antropólogos ou por indigenistas, apontando para “envenenamentos” ou “feitiços” que provocavam grande mortandade. Na lógica de seus conflitos internos, a explicação para essa mortandade era atribuída aos grupos Gavião rivais.

Entretanto, Miranda (2015, p. 78-79) chama atenção para o fato de que essas epidemias poderiam estar relacionadas aos contatos intermitentes que as turmas Gavião Parkatêjê estabeleciam com a sociedade brasileira para obter ferramentas e outros bens, sobretudo facões, nos postos do SPI ou nas trocas com moradores e viajantes na margem do Rio Tocantins. A reportagem de *O Cruzeiro* confirma esse contato intermitente:

Tínhamos sido informados de que os índios, umas duas vezes por mês, costumavam aparecer na barranca do Tocantins, defronte à localidade de Ipixuna. Ali, saindo na margem, costumavam bater na barriga, pedindo comida. Algumas pessoas de Ipixuna já tinham ido levar-lhes farinha, enfeites ou facões (Medeiros; Silva, 1951, p. 6).

Não há possibilidade de afirmar a qual turma Parkatêjê pertenciam os indígenas fotografados em *O Cruzeiro*. O local do contato indicado na matéria (em frente à ilha de

Ipixuna) estava mais próximo dos Rôhôtatêjê (Turma do Cocal), mas sabe-se que as três turmas circulavam naquele território. As fotos produzidas por José Medeiros já foram vistas por anciãos dos diferentes grupos (conferir Almeida; Carelli, 2022; Ferraz, 1998, p. 35), não havendo um reconhecimento definitivo. Portanto, é possível que todo aquele grupo fotografado em 1950 tenha morrido em decorrência de um processo epidêmico, ocasionado pelo contato com a sociedade regional.

Nada disso esteve no foco da reportagem, mais interessada em reverberar um imaginário já estabelecido sobre os Gavião. Os atributos de selvagens, cruéis e assassinos foram conferidos àquele povo em um processo de estereotipação (Laraia; Matta, 1967, p. 77) que, até certo ponto, ecoa o imaginário sobre os indígenas fabricado desde a invasão colonial (Raminelli, 1996). Antropólogos como Laraia e Matta (1967, p. 77) e Ferraz (1998, p. 39) afirmam que esses estereótipos atribuídos aos Gavião serviam, então, para justificar as expedições punitivas, por meio das quais a sociedade regional buscava eliminar o obstáculo representado pelos indígenas e usufruir de seus territórios como recurso econômico. Portanto, *O Cruzeiro* estava em sintonia com as elites locais não apenas por reforçar um imaginário estereotipado, mas também por suprimir as imagens capazes de problematizar esse imaginário.

Ao revisarmos a literatura existente sobre os Gavião da Mata, percebemos como a revista também fabricou uma caricatura da ameaça que eles representavam. Desde a década de 1890, há relatos de viajantes do Rio Tocantins apontando para a convivência amistosa dos Gavião com os moradores das margens do Rio Tocantins, em diversos pontos da região – dois balanços desses relatos podem ser conferidos em Miranda (2015, p. 56-66) e Ribeiro Junior (2020, p. 38-41).

Uma revista regional, *Itatocan*, editada em Marabá nos anos 1950 e 1960, confirma essa lógica do contato intermitente. Em 1954, a revista publicou uma pequena matéria intitulada “O povo Gavião”, repleta dos estereótipos tradicionalmente atribuídos àqueles indígenas. Entretanto, a matéria também veicula informações que contradizem esses estereótipos, publicando uma fotografia de um grupo Gavião em uma praia (Figura 6), acompanhada por trechos como:

Não são raros, aliás, bem frequentes, o aparecimento dos gaviões nas praias tocantinas onde permutam seus arcos, flechas e bordunas por facões, facas e farinha dos civilizados. [...]. Na foto que ilustra esta página vemos um grupo de gaviões num dos momentos em que “reina a paz” e fazem intercâmbio com o civilizado (O povo [...], 1954, p. 6).

Figura 6: Fotografia de grupo Gavião da Mata publicada na revista *Itatocan*, autoria não creditada.



Fonte: O povo [...] (1954, p. 6).

A própria existência das fotografias de José Medeiros contraria a imagem de selvageria buscada por *O Cruzeiro*, pois o fotógrafo não poderia tê-las feito se os Gavião Parkatêjê fossem inteiramente hostis ao contato. Mais do que um feito notável ou heroico, o encontro com os Gavião vivenciado pelos repórteres ocorria na região com alguma regularidade, conforme informações da própria reportagem (Medeiros; Silva, 1951, p. 10). No local onde ocorreu o contato, em frente à ilha de Ipixuna, os Gavião eram avistados há décadas, havendo ali reserva de terras para aquele povo por meio de Lei Estadual de 1921, e sendo também o local de funcionamento de um Posto do SPI (para atração dos Gavião) entre 1937 e 1944 (Ribeiro Junior, 2020, p. 40, 49-52).

A ideia de que, em 1950, eles fossem arredios, hostis e isolados contrasta, portanto, com as relações amistosas estabelecidas pelos Gavião nas décadas anteriores. E, como vimos, os ataques dos Gavião às populações locais se intensificavam por conta da crescente invasão de seus territórios tradicionais por castanheiros e outros trabalhadores do extrativismo. Tratava-se, porém, de ataques recíprocos, havendo inúmeras expedições punitivas organizadas nos povoados locais.

COMPARANDO O CRUZEIRO E ITATOCAN

Podemos encontrar informações sobre os conflitos e as expedições punitivas contra os Gavião da Mata em outro número de *Itatocan*. Na revista, Fernando Pacheco (1953) informa sobre duas cartas enviadas à imprensa por moradores das margens do Rio Tocantins. Uma delas teria sido publicada pelo jornal *A Vanguarda*, de Belém: “assinada por J. Maria

Barros, de Itupiranga, nos relata a morte de um castanheiro em Ipixuna, no castanhal de propriedade de um seu irmão, trabalhador este que foi morto e encontrado com 48 flechas no corpo” (Pacheco, 1953, p. 15). A notícia nos lembra as fotos dos “paliteiros humanos” e a narrativa da reportagem de *O Cruzeiro*.

Porém, Pacheco também comenta sobre uma carta enviada à revista *Itatocan* por um morador do povoado de São Sebastião, nas margens do rio Tocantins, entre as cidades de Marabá e Imperatriz (MA). Nessa carta, “o autor nos relata o massacre de parte de uma tribo Gavião no lugar Marrecos, pouco abaixo de Saranzal, pelos moradores deste, capitaneados por um tal Vicente Neto” (Pacheco, 1953, p. 15). Tratava-se do grupo Kyikatêjê, que, no começo do século XX, havia se radicado naquela região após uma cisão com os Parkatêjê.

Quantos índios foram massacrados pelos moradores do Saranzal ou sequazes do matador de bugres? Pela carta, muitos. A carta é sincera e exuma repulsa humana ante a carnificina estúpida e inútil. Relatando o feito, diz o autor: “a índia, como implorando misericórdia apresentava o filhinho na sua frente. Nada comoveu ao bárbaro assassino, que com um golpe no rosto tirou-lhe metade da cabeça degolando em seguida o Colomy...” Textual (Pacheco, 1953, p. 15).

Apesar das descrições carregadas nas tintas, o massacre relatado na carta tem sua veracidade reforçada pela menção a fato semelhante em uma fonte antropológica: “cerca de 20 componentes de grupo [Gavião] foram chacinados no lugar Saranzal [...] em janeiro de 1955, quando estavam acampados na margem do rio” (Arnaud, 1975, p. 39). Há outros relatos de expedições punitivas organizadas pelos brancos contra os Gavião da Mata, entre os anos 1930 e 1960, muitas vezes envolvendo o poder público e/ou o empresariado local (Arnaud, 1975, p. 37, 39, 44; Ferraz, 1998, p. 31, 45; Ribeiro Junior, 2020, p. 56-57). Há, ainda, aquilo que Laraia e Matta (1967, p. 92-93) chamaram de “folclore do contato”: um conjunto de narrativas sobre o caráter cruel e traiçoeiro dos brancos em relação aos Gavião, que exprimiam as experiências negativas do contato acumuladas pela Turma do Cocal (Rôhokatêjê).

Em *Itatocan*, Fernando Pacheco continua descrevendo a carta, cujo autor sugere que os Gavião assassinados no Saranzal mantinham contato amistoso intermitente com a sociedade em seu entorno:

Essa carta ainda se estende em mais detalhes, [...] e acaba implorando providências dos poderes competentes para que o assassinato em massa não fique impune, afirmando que esses

Gaviões eram de tribo inofensiva, que em certas épocas do ano se aproximavam da margem tocantina em busca de alimentos, citando o nome e moradia de alguns caçadores que com eles se encontravam e mesmo conviviam (Pacheco, 1953, p. 15).

A matéria prossegue trazendo à tona a reportagem de *O Cruzeiro* sobre os Gavião, feita por Arlindo Silva e José Medeiros (1951), mencionando o fato de que os indígenas não ofereceram perigo aos repórteres:

podemos lembrar que quando moramos no Tocantins, isto em 1950, dois repórteres de O CRUZEIRO, sabedores da presença dos índios na margem do Tocantins, para lá foram, bateram chapas, falaram por intermédio de intérprete, publicaram ótima reportagem e... nada lhes aconteceu (Pacheco, 1953, p. 15).

Podemos perceber que Pacheco, diante das cartas relatando a morte de indígenas e de brancos, assume um tom conciliatório. Diferentemente da reportagem de *O Cruzeiro*, o texto de Pacheco coloca os Gavião e os moradores dos povoados locais em uma mesma categoria. “Ambas as cartas são um retrato do abandono do Tocantins, em que tanto os índios como os moradores vivem entregues ao instinto primário” (Pacheco, 1953, p. 15).

E, ao analisar o papel do SPI naquele cenário de conflitos, Pacheco assume, outra vez, uma posição mais ponderada do que aquela manifestada pela revista *O Cruzeiro*. Para este autor, o SPI buscava atuar “protegendo tanto o branco como o índio do entrechoque de duas culturas antagônicas” (Pacheco, 1953, p. 15). O grande obstáculo estaria na falta de recursos do órgão:

Triste e vergonhosa realidade de um Serviço Público sem verbas adequadas, com recursos minguados, escassos e muitas vezes em atraso. É também a realidade das turmas de atração dentro da mata com os salários atrasados, sem mantimentos, sem meios de desempenhar a sua missão. São os Inspetores Regionais implorando fiado ao comércio “até que chegue a verba”. Para o gigantesco trabalho confiado ao SPI a consignação de verba é irrisória e os vencimentos dos funcionários inacreditáveis (Pacheco, 1953, p. 15).

Por fim, o texto de Pacheco direciona sua crítica para a grande imprensa, comparando o tratamento da questão indígena com a penúria do SPI.

Não há dinheiro para proteger branco e índio mas há bastante dinheiro para o “show” da “diacuisada” que há dias teve por palco o Rio de Janeiro, e ato final na Igreja da Candelária, o mais tradicional dos nossos templos. Como de hábito em casos semelhantes, o nosso “Press Lord” dirigiu o “show” [...]. Os pobres índios foram exibidos no Rio, nas praias, em Petrópolis. A pobre Diacuí foi fotografada inteiramente nua ao lado do “complacente” noivo e o retrato publicado em revista que teve sua tiragem aumentada (Pacheco, 1953, p. 15).

O trecho cita de maneira direta o caso de Diacuí, jovem mulher do povo Kalapalo que, em 1952, se casou com o sertanista Ayres Câmara Cunha, da FBC. Ainda que os órgãos indigenistas tenham inicialmente negado a autorização do casamento, a posição foi modificada após um amplo movimento da imprensa favorável ao casamento, encabeçado pelo próprio Assis Chateaubriand (possivelmente o “Press Lord” citado no texto). O relacionamento marital entre os dois foi explorado com sensacionalismo em *O Cruzeiro* (e em diversos outros jornais e revistas), conforme estudado por Costa (2004).

É interessante notar que a matéria de Pacheco foi publicada por *Itatocan* em janeiro de 1953, portanto um mês depois do casamento entre Ayres e Diacuí, e muitos meses antes da morte dela em agosto de 1953. Diacuí teve uma filha de Ayres e morreu por complicações pós-parto. A recém-nascida foi enviada pelo sertanista para ser criada pela família paterna, longe do povo Kalapalo. Antes de todo esse desfecho trágico, com o casamento ainda “quente”, Pacheco foi capaz de discernir a perversidade e o sensacionalismo da imprensa na lida com os indígenas.

Não há muitas evidências históricas sobre Fernando Pacheco. O fato de que tenha colaborado em *Itatocan* indica que morava naquela região, talvez na cidade de Marabá. Quando comparamos a matéria de *Itatocan* com aquela de *O Cruzeiro*, algumas diferenças se sobressaem. Pacheco (1953) toca em questões centrais daquele momento histórico, como o abandono das populações sertanejas e indígenas nas políticas públicas brasileiras, a precariedade do SPI e a espetacularização da questão indígena feita pela grande imprensa.

São posições ideologicamente distintas do desenvolvimentismo hegemônico manifestado em *O Cruzeiro*. Essas diferenças indicam que a postura de *O Cruzeiro* em relação aos Gavião e aos indígenas em geral não era, de maneira alguma, uma postura universalizada na imprensa. Mesmo nas revistas ilustradas (guardadas as devidas proporções entre *Itatocan* e *O Cruzeiro*), apresentavam-se divergências em relação às ideias desenvolvimentistas da Marcha para o Oeste – divergências produzidas ou condicionadas pelas assimetrias regionais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da reportagem de *O Cruzeiro* sobre os Gavião Parkatêjê (Medeiros; Silva, 1951) nos oferece algumas reflexões sobre fotografia, imprensa e história. Retomo, a seguir, aquelas que considero mais relevantes.

A reportagem de *O Cruzeiro* constrói sua narrativa manejando estereótipos convencionalmente atribuídos aos Gavião (selvagens, ferozes, hostis, isolados etc.). Contudo, o cruzamento com diferentes evidências históricas, sobretudo com a literatura indigenista e antropológica, problematiza a ideia de que os Gavião da Mata fossem hostis ao contato e inteiramente isolados dos brancos. Como vimos, houve um contato intermitente dos Gavião com a sociedade envolvente. A própria reportagem documenta esse contato intermitente, ainda que de maneira contraditória.

Sendo uma revista de intenso apelo visual, *O Cruzeiro* usou as fotografias de José Medeiros para construir uma narrativa sobre os “índios”. Podemos constatar que a revista lançou mão de diversas estratégias visuais na reportagem sobre os Gavião Parkatêjê, como a seleção de fotografias com planos e enquadramentos que, por um lado, humanizavam a população brasileira local e, por outro, desumanizavam os Gavião. Assim, a revista conseguia reforçar visualmente o imaginário do índio selvagem e perigoso e ajudava a justificar a eliminação (pelo etnocídio ou mesmo pela violência genocida) dos povos indígenas, entendidos como obstáculos ao progresso.

Chamam atenção, também, as fotografias dos Gavião Parkatêjê em enquadramentos com planos fechados, que evidenciam as manchas na pele existentes naqueles indivíduos. Essas imagens (localizadas em acervos institucionais) foram captadas por José Medeiros, mas suprimidas no processo de edição da revista. Elas revelam que aquele grupo indígena passava por um processo epidemiológico, talvez fruto do contato intermitente com os brancos. Ou seja, foram suprimidas as imagens que poderiam humanizar os Gavião no debate público e revelar os impactos que a expansão da sociedade brasileira provocava sobre aquele povo. De maneira paradoxal, ao conferir uma existência pública visual para a questão indígena, o fotojornalismo contribuiu para invisibilizá-la, distorcendo sua imagem conforme as ideologias e interesses predominantes na sociedade brasileira.

A comparação da reportagem sobre os Gavião em *O Cruzeiro* com aquela publicada em *Itatocan* (Pacheco, 1953) é pertinente para indicar que a ideologia desenvolvimentista da Marcha para o Oeste não se manifestava na imprensa brasileira de modo homogêneo e monolítico. Havia divergências, calcadas nas diferenças regionais, e posições abertamente críticas a certas dimensões da Marcha. As equipes de *O Cruzeiro*, portanto, longe de agirem de maneira ingênua e representarem o espírito da época, atuavam muito mais como uma ferramenta do desenvolvimentismo. A revista estava comprometida com a “defesa do projeto, apregoado pelo Estado, de integração do índio à sociedade

civil”, projeto que significava a “dominação do índio”, “vista não só como inevitável, mas necessária à modernização do país” (Costa; Burgi, 2012, p. 42).

A interpretação mais corrente sobre o trabalho de José Medeiros mostra-o como um fotógrafo comprometido com os sujeitos indígenas, que dedicava a eles “um olhar quase sempre carregado de empatia” (Costa; Burgi, 2012, p. 42). A análise da reportagem realizada neste artigo problematiza essa posição do fotógrafo quanto à questão indígena. Decerto, não há evidências históricas suficientes para separar as escolhas de Medeiros daquelas feitas por outros profissionais da revista *O Cruzeiro*, no contexto de produção e edição da reportagem. Para alguns estudiosos de sua obra, o uso de suas imagens em *O Cruzeiro* contrastaria com “o olhar de Medeiros”, que evocaria “um discurso que hoje nos parece mais afetivo - índios retratados com lirismo e beleza - enquanto os textos encerram os preconceitos da época” (Kaz, 2006, p. 28).

De fato, as imagens que Medeiros produziu dos Gavião Parkatêjê, ainda que tenham sido usadas sob um viés desenvolvimentista em *O Cruzeiro*, são testemunhos históricos importantes e passíveis de novos usos. Registradas em um contato de alguns minutos, de dentro de uma canoa na beira do rio, as fotografias dos Gavião não guardam o mesmo “lirismo e beleza” que outras imagens indígenas produzidas por Medeiros. Ainda assim, elas têm sido utilizadas de diferentes maneiras.

Por um lado, elas atendem aos interesses do campo artístico especializado (sobretudo com a aquisição do acervo pessoal de José Medeiros pelo Instituto Moreira Salles), projetando o valor estético da obra e do fotógrafo-artista em detrimento da história dos sujeitos e dos povos retratados - um exemplo está no uso de uma das fotografias dos Gavião Parkatêjê na exposição *José Medeiros: Chroniques brésiliennes* (Burgi; Jasmin, 2011, p. 71). Por outro lado, elas também servem a propósitos mais vinculados aos interesses dos indígenas e na manutenção que fazem de sua própria história, no uso dessas fotografias em documentários como *Krôhokrenhum - Eu não posso morrer de graça* (Carelli; Carvalho, 2011) e *Adeus, Capitão* (Almeida; Carelli, 2022).

Atualmente, após décadas de contato com a sociedade envolvente, os Gavião da Mata usam tecnologias fotográficas e audiovisuais para fabricar e manejar suas próprias imagens. Nesse processo, a retomada de fotos e objetos do passado (salvaguardados em acervos institucionais, por exemplo) é uma prática importante. Um dos exemplos está no documentário *Mpamãmkatêjê Jàkukrêi: Os artefatos dos nossos antepassados*

(Haraxare, 2024), lidando com a coleção de artefatos Gavião no acervo do Museu Paraense Emilio Goeldi. Portanto, podemos especular que fotografias como as de José Medeiros, que nos anos 1950, serviram para suprimir as imagens dos Gavião Parkatêjê sob o peso dos interesses desenvolvimentistas da Marcha, hoje podem ser retomadas a partir de novas chaves interpretativas, mais críticas e comprometidas com a fabricação de outros imaginários sobre os povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tatiana; CARELLI, Vincent (dir.). **Adeus, Capitão**. Documentário, 175 min. Brasil, 2022.
- ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de Oeste**: pacificação e integração. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1975.
- BURGI, Sergio; COSTA, Helouise (org.). **As origens do fotojornalismo no Brasil**: um olhar sobre O Cruzeiro (1940-1960). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012.
- BURGI, Sergio; JASMIN, Élise (org.). **José Medeiros**: chroniques brésiliennes. Catálogo de exposição. Paris: Hazan, 2011.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Estado Novo em Marcha para o Oeste**. Curitiba: CRV, 2017.
- CARELLI, Vincent; CARVALHO, Ernesto (dir.). **Krôhônrenhum - Eu não posso morrer de graça**. Documentário, 53 min. Brasil: Associação Indígena Parkatêjê; Vídeo nas Aldeias, 2011.
- COSTA, Helouise. Diacuí: a fotorreportagem como projeto etnocida. *Studium*, n. 17, p. 5-14, 2004.
- COSTA, Helouise. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista *O Cruzeiro*. *Imagens*, n. 2, p. 82-91, 1994.
- FERRAZ, Iara. **De “Gaviões” à “Comunidade Parkatêjê”**: uma reflexão sobre processos de reorganização social. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- HARAXARE, Kokinire (dir.). **Mpamãmkatêjê Jàkukrêi: os artefatos dos nossos antepassados**. Documentário, 18 min. Brasil, 2024.
- KAZ, Leonel (org.). **Olho da rua**: o Brasil nas fotos de José Medeiros. Rio de Janeiro: Aprazível, 2006.
- LAGENEST, H. D. Barruel. **Marabá, cidade do diamante e da castanha**. São Paulo: Anhambi, 1958.
- LARAIA, Roque; MATTA, Roberto da. **Índios e castanheiros**: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. São Paulo: DIFEL, 1967.

MEDEIROS, José; SILVA, Arlindo. Índios “gaviões” estabelecem o pânico nas margens do Tocantins e do Araguaia. *O Imparcial*, p. 3, 6, 24 dez. 1950.

MEDEIROS, José; SILVA, Arlindo. Índios em pé de guerra. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 20, p. 6, 10, 86-91 e 106, 3 mar. 1951.

MIRANDA, Adenilson Barcelos de. *Os “Gaviões da Mata”*: uma história da resistência Timbira ao Estado. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia 2015.

MITCHELL, W. J. T. *Image science: iconology, visual culture, and media aesthetics*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

NIMUENDAJU, Curt. *The eastern Timbira*. Tradução de Robert Lowie. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1946.

O POVO Gavião. *Itatocan*, Marabá, v. 2, n. 10, p. 6, jul./ago. 1954. Acervo da Fundação Casa da Cultura de Marabá.

PACHECO, Fernando. Morte no Tocantins. *Itatocan*, Marabá, v. 1, n. 3, p. 15, jan. 1953. Acervo da Fundação Casa da Cultura de Marabá.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO JUNIOR, Ribamar. *“Nós estamos igual kaprán”*: um estudo da Terra Indígena Mãe Maria no contexto dos nealdeamentos. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SLOTKIN, Richard. *Regeneration through violence: the mythology of the American frontier, 1600-1860*. Middleton: Wesleyan University Press, 1973.

NOTAS

1. Realizado com incentivo da Bolsa Instituto Moreira Salles (IMS) de Pesquisa em Fotografia - edição 2023.

SOBRE O AUTOR

GIL VIEIRA COSTA Crítico e historiador da arte. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuando na Faculdade de Artes Visuais e no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas

Territoriais e Sociedade na Amazônia. Doutor em História e Mestre em Artes pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: gilvieiracosta@unifesspa.edu.br

Artigo recebido em: 25 de novembro de 2025.

Artigo aceito em: 04 de julho de 2026.